

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672540286>

Recebido em: 30/09/2019. Aprovação final: 29/01/2020.

**CONFLITOS DESIGUAIS: HOMENS E MULHERES NA  
ARTICULAÇÃO CASA-TRABALHO NO BRASIL.**

*UNEQUAL CONFLICTS: MEN AND WOMEN IN THE ARTICULATION  
BETWEEN HOME AND WORK IN BRAZIL.*

*CONFLITS INEGAUX: HOMMES ET FEMMES DANS L'ARTICULATION  
ENTRE DOMICILE ET TRAVAIL AU BRESIL.*

*CONFLICTOS DESIGUALES: HOMBRES Y MUJERES EN LA ARTICU-  
LACIÓN ENTRE EL HOGAR Y EL TRABAJO EN BRASIL.*

*Felícia Silva Picanço\**

 <https://orcid.org/0000-0001-5661-5782>

*Clara Maria de Oliveira Araújo\*\**

 <https://orcid.org/0000-0002-6773-8582>

**RESUMO:** O trabalho reprodutivo, aqui entendido como realização das tarefas domésticas e de cuidado dos dependentes, pode ser lido a partir da ambivalência: o afeto e o cansaço. Esforços para mensurar as implicações emocionais do trabalho reprodutivo faz parte de um processo de desnaturalização do mesmo e, por isso, caminhou junto com os esforços de mensurar o próprio trabalho doméstico (quem faz o quê em casa). O artigo tem como objetivo analisar o registro de cansaço de homens e mulheres com a articulação do trabalho remunerado com o trabalho reprodutivo no Brasil, a partir de dados de pesquisas sobre “Gênero, trabalho e família” realizados no Brasil nos anos de 2003 e 2016.

**Palavras-chave:** gênero; família; articulação casa-trabalho; conflito; papéis de gênero.

\* Doutora em Sociologia; Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e-mail: felicia@uol.com.br

\*\* Doutora em Sociologia; Professora do Departamento de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e-mail: claramaria.araujo@gmail.com

**ABSTRACT:** *Reproductive work, here understood as carrying out domestic tasks and caring for dependents, can be read from ambivalence: affection and tiredness. Efforts to measure the emotional implications of reproductive work are part of a process of denaturalization of the same and, for this reason, it went hand in hand with efforts to measure domestic work itself (who does what at home). The article aims to analyze the record of fatigue of men and women with the articulation of paid work with reproductive work in Brazil, based on data from surveys on “Gender, work and family” carried out in Brazil in 2003 and 2016.*

**Keywords:** *gender; family; home-work articulation; conflict; gender roles.*

**RÉSUMÉ:** *Le travail de reproduction, ici compris comme l’accomplissement de tâches domestiques et la prise en charge des personnes à charge, peut être lu à partir de l’ambivalence: affection et fatigue. Les efforts pour mesurer les implications émotionnelles du travail reproductif font partie d’un processus de dénaturalisation de celui-ci et, pour cette raison, ils sont allés de pair avec les efforts pour mesurer le travail domestique lui-même (qui fait quoi à la maison). L’article vise à analyser le bilan de la fatigue des hommes et des femmes avec l’articulation du travail rémunéré avec le travail reproductif au Brésil, à partir des données des enquêtes «Genre, travail et famille» réalisées au Brésil en 2003 et 2016.*

**Mots-clés:** *genre; famille; articulation domicile-travail; conflit; rôles de genre.*

**RESUMEN:** *El trabajo reproductivo, aquí entendido como la realización de tareas domésticas y el cuidado de personas dependientes, puede leerse desde la ambivalencia: afecto y cansancio. Los esfuerzos para medir las implicaciones emocionales del trabajo reproductivo son parte de un proceso de desnaturalización del mismo y, por esta razón, ha estado caminando junto fue de los esfuerzos para medir el trabajo doméstico en sí (quién hace qué en el hogar). El artículo tiene como objetivo analizar las manifestaciones de fatiga de hombres y mujeres con la articulación del trabajo remunerado con el trabajo reproductivo en Brasil, basadas en a datos de encuestas sobre “Género, trabajo y familia” realizadas en Brasil en 2003 y 2016.*

**Palabra clave:** *género; familia; articulación trabajo y hogar; conflicto; roles de género.*

## **INTRODUÇÃO**

As sociedades contemporâneas, em sua grande parte experimentam o aumento da longevidade, que implica também novos desafios e tensões. Implicam a ampliação temporal das chances de fragilidade física e emocional de parte dos indivíduos, ou seja, das probabilidades de adoecerem ou viverem mais tempo em situação de maior dependência de cuidados. A nuclearização e redução geral do tamanho das famílias, inclusive redução de famílias bi-parentais e aumento das monoparentais, resulta em menos pessoas disponíveis para prover o cuidado do ponto de vista das atividades envolvidas. Ao mesmo tempo, há intensificação de demandas relacionadas com tempo dedicado ao trabalho remunerado, jornadas integrais como parâmetro de eficiência, e aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho-casa em busca de melhores empregos. Temos então arranjos onde padrões institucionais de atendimento para idosos, incapacitados e crianças encontram-se, em geral, desconexos com os padrões de jornadas de trabalho integral e das necessidades de adultos de darem conta desses dois planos de vida. Nesse cenário, um desafio posto aos governos tem sido o de propor políticas públicas que contemplem essa nova realidade de articulação entre família e trabalho.

A família, por sua vez, sedimentada no domicílio, mesmo que articulada em rede de afeto e troca com membros de outras famílias e domicílios ou instituições (privadas ou públicas), permanece como locus de base do trabalho reprodutivo (remunerado ou não). Com isso queremos dizer que mesmo quando os adultos saem do domicílio para trabalhar e deixam seus filhos ou idosos sob os cuidados de outros adultos em outro domicílio ou em instituições, a unidade de análise para se pensar como aqueles adultos articulam trabalho e família está no domicílio dos mesmos. Não necessariamente as atividades de cuidado de pessoas são realizadas no âmbito doméstico. Podem envolver também outros espaços, públicos ou privados e outras pessoas não associadas à família, quer exerçam atividades profissionais no ambiente doméstico ou em outros espaços. Atualmente,

essa área de trabalho compreende, por exemplo, os profissionais do cuidado ou do *care* (a designação da atividade em inglês), envolvendo pessoas que trabalham em instituições de cuidados, em determinados espaços profissionais ou ainda em atividades profissionais de cuidar de idosos no ambiente doméstico. Mas na maior parte dessas situações, o domicílio é o ponto de partida para as estratégias cotidianas de “conciliação”.

Conquanto a tradicional divisão sexual do trabalho persista e as mulheres se mantenham responsáveis pelo trabalho doméstico e os homens sejam vistos como provedores, é fato que mudanças vêm alterando esse script. Isto é, no curso dos processos e dinâmicas sociais descritos acima, das lutas políticas por igualdade e igualdade de gênero e da entrada de outros atores no debate sobre o trabalho doméstico e sobre o trabalho reprodutivo, observamos uma desnaturalização dessa responsabilidade nas mãos das mulheres – seja a mulher residente no domicílio, da rede de vizinhança e parentela, seja a mulher subalternizada (empregadas domésticas, faxineiras) para a qual a tarefa é delegada. Esta desnaturalização produziu pelo menos duas consequências para tratar o fenômeno.

A primeira consequência foi a separação entre as atividades de reprodução que envolvem realizar tarefas para a manutenção da casa e as atividades de cuidado com as pessoas, em especial os dependentes. Ou seja, as atividades envolvendo o trabalho do cuidado de pessoas - cuidados com crianças, doentes, idosos e pessoas incapacitadas - passaram a ser distinguidas do trabalho de “fazer coisas” – limpar e arrumar casa, lavar e passar roupa ou cozinhar. Esta separação também procurou dar conta das especificidades de cada demanda, pois enquanto uma parte das atividades de “fazer coisas” pode ser suprimida ou postergada, as ações envolvidas no cuidar de outros dependentes são menos flexíveis, pois dificilmente podem ser suprimidas ou postergadas dada a sua natureza (alimentar, medicar e trocar fraldas alguém que não tem autonomia).

Além da dimensão de atendimento das necessidades daqueles com pouca ou nenhuma autonomia, o cuidar envolve esforços físicos, mentais e emocionais, bem como relações de confiança, troca, afetivas e emocionais entre as pessoas que cuidam e as que são

cuidadas (Bathyani, 2007; 2015). O cuidado, então, pressupõe formas básicas de interação social para a reprodução da vida (inclusive em sua dimensão afetiva). Dada a sua ampla definição, o cuidado se configura como um fenômeno social complexo e multifacetado, envolvendo um conjunto de áreas de conhecimento, em especial as de estudos de gênero, dado que o cuidado é associado aos atributos definidos como “femininos” e vistos como inerentes às mulheres no seu lugar familiar.

A segunda consequência da desnaturalização da concentração nas mulheres foi a produção de formas de mensuração do tempo gasto pelas mulheres e/ou outros responsáveis pelas tarefas reprodutivas (afazeres domésticos e tarefas de cuidado) e a mensuração da carga emocional envolvida neste trabalho. Podemos dizer que a abordagem atual da divisão sexual do trabalho doméstico distingue, portanto, o serviço doméstico das atividades de cuidado, ou o “fazer coisas” e a responsabilidades de cuidar de pessoas dependentes, as especificações dessas atividades, quem as executa, quanto tempo gasta e o que sente em relação ao trabalho que executa.<sup><?></sup> Com isso, os estudos feministas ao colocar a lente sobre estes aspectos deram e dão contribuições relevantes para desvendar a natureza do trabalho doméstico em geral, e do trabalho de cuidado de modo particular. Pois trataram de ultrapassar a fronteira da análise da divisão sexual do trabalho para incorporar dimensões estruturantes da reprodução da vida social, e ressaltar que o trabalho doméstico e de cuidados necessários à sobrevivência humana e parte da manutenção da família é ao mesmo tempo exaustivo, repetitivo e não apresenta, por definição, recompensas emocionais, psicológicas e/ou financeiras.

Identificar emoções e qualifica-las é um passo importante para analisar como a articulação trabalho produtivo e reprodutivo é emocionalmente vivido pelas mulheres e homens, e, com isto, compreender como se articula com outras dimensões da vida. O artigo parte dessa perspectiva e tem como objetivo apresentar e discutir resultados de dois *surveys* realizados no Brasil no quesito que trata especificamente da percepção do cansaço das mulheres com as dinâmicas da articulação entre trabalho doméstico e trabalho remunerado.

Os *surveys* foram realizados nos anos de 2003 e de 2016, a partir de questionários inspirados no Internacional Social Survey Programme/ISSP e auferiram: a) opiniões/percepções de homens e mulheres sobre papéis de gênero relacionados com a divisão sexual do trabalho; b) atribuição e distribuição das atividades realizadas como parte das responsabilidades domésticas e que denominamos de “práticas” (quem faz o quê); e c) avaliações e percepções de cansaço em relação à articulação trabalho-família (Araújo e Scalon, 2005; Araújo, Picanço, Scalon, 2007 e 2008; Araújo, Gama, Picanço e Cano, 2018). O objetivo deste artigo é analisar os impactos das características como idade, número de filhos, horas do trabalho remunerado, contratação de empregada domésticas sobre a narração de cansaço das mulheres e homens no Brasil e sua variação ao longo do tempo.

### **Arranjos familiares em mudança**

Somada à baixa fecundidade e postergação da idade do primeiro filho, a segunda transição demográfica é caracterizada por mudanças como o aumento da idade ao casamento legal; o aumento do número de separações, divórcios e de uniões consensuais (coabitação); a opção dos divorciados e viúvos pela coabitação nas segundas uniões; e o crescimento dos múltiplos casamentos e dos casos de pessoas que optam por não casar (Camarano e Fernandes, 2014).

No Brasil, embora a taxa de fecundidade já esteja abaixo da taxa de reposição populacional e já tenha sido observado o adiamento mais acentuado da reprodução nas mulheres mais escolarizadas, de melhor renda e branca (Berquó e Gracia, 2014), não é observado um adiamento da idade ao casar. Para Camarano e Fernandes (2014) tal fato se deve ao crescimento das uniões consensuais - o percentual de uniões consensuais triplicou, passou de 11,8% em 1980 para 36,4% em 2010, atingindo valores próximos aos dos casamentos realizados tanto no civil como no religioso. O que é observado é um aumento dos homens e mulheres que optam por não casar, ter união estável ou coabitar com parceiro/a.

As tendências das mudanças observadas nas famílias brasileiras apontadas acima podem ser descritas a partir dos dados dos *surveys*

“Gênero, Trabalho e Família no Brasil”. Entre 2003 e 2016, os indivíduos que vivem conjugalmente reduzem de 58,2% para 53,5%, mas seguem como maioria (ver tabela 1). Esse decréscimo está fortemente ligado à redução da conjugalidade entre os mais jovens (até 29 anos).

Ao tempo em que registramos a redução da conjugalidade, também registramos apenas um pequeno aumento dos indivíduos sem filhos, que passaram de 27,8% para 29,6% (ver tabela 1), indicando que a mudança mais brusca na sociedade brasileira não está na ausência de filhos, mas sim na redução da quantidade, em especial para os homens (ver Tabela 2). O destaque vai para o fato de que são as mulheres aquelas que ampliam proporcionalmente o percentual de sem filhos.

Tabela 1 - Conjugalidade e presença de filhos segundo sexo

	2003			2016		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Vive e tem filhos	52,1	52,5	52,3	51,0	45,7	48,2
Vive e não tem filhos	6,0	5,8	5,9	3,9	6,6	5,3
Não vive e tem filhos	13,8	25,0	19,5	17,0	26,8	22,2
Não vive e não tem filhos	28,0	16,7	22,3	28,1	20,9	24,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

Tabela 2- Percentual do número de filhos segundo sexo, em 2003 e 2016.

	2003			2016		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Sem filhos	33,6	22,1	27,8	32	27,4	29,6
Um	17,6	20,8	19,2	17,7	18,2	17,9
Dois	18,4	20,4	19,4	20,5	23,7	22,2
Três	12,0	15,3	13,7	16,5	11,5	13,9
Quatro ou mais	18,0	21,1	19,6	13,4	19,3	16,4
NS/NR	0,4	0,4	0,4	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

As mudanças na conjugalidade, aumento de divórcios/separações e postergação do casamento ou decisão por não casar, bem como redução do número filhos resultam no aumento dos domicílios unipessoais - dobram em 2016 e passaram a somar 11,5%, aumento dos domicílios com 2 a 4 moradores – que passaram de 57,2% para 67,7%, com a conseqüente redução dos domicílios com 5 ou mais. Os homens tendem a viver mais em domicílios unipessoais do que as mulheres (13,4% *versus* 9,9%). Os dados das tabelas 1 e 2 mostram também que embora os lares com homens, sem cônjuge e com filhos tenham aumentado, ainda são as mulheres que mais ficam com os filhos nos casos de separação.

### **As mulheres no trabalho remunerado**

No Brasil, a ampliação da taxa de atividade (mulheres economicamente ativas) foi observada de forma sistemática desde os anos 1960, mas acelera nos anos 2000 e chega num patamar que permite a Guimarães e Brito (2016) sustentar que o Brasil atinge a mercantilização do feminino com mais da metade das mulheres como população economicamente ativa. A taxa de emprego de pessoas acima de 15 anos, mesmo diante da década de declínio para o mundo, ampliou-se para as mulheres até 2014 e iniciou sua queda só a partir daí, enquanto que para os homens a queda teve início em 2011. A escalada da ampliação ocorrida nos anos 2000 é explicada em grande medida pela dinâmica econômica e a conseqüente melhoria do desempenho no mercado de trabalho a despeito da crise econômica mundial iniciada em 2008. A crise econômica brasileira se instala a partir de 2014 e então reproduz a equação já conhecida de penalizar mais as mulheres.

Um dos elementos fundamentais para analisar a inserção ocupacional feminina é a posição que as mulheres ocupam na família e a distribuição do trabalho doméstico entre os seus membros. A elevação recente nas taxas de atividade das casadas e/ou com filho, acompanhada de menores variações etárias nas estatísticas sobre entrada e saída do mercado de trabalho retira das jovens, brancas e solteiras o lugar de protagonistas do mercado de trabalho (Guimarães e Brito, 2016; Andrade, 2016).

A jornada de trabalho remunerado é outro aspecto a ser destacado. No longo prazo, o perfil do ingresso das mulheres no mercado tem se ampliado em direção às jornadas em tempo integral, seja por necessidade econômica ou por outras vantagens em termos de estabilidade, carreiras e compensações profissionais, quando comparadas ao trabalho parcial. Assim, os índices atuais de jornadas em tempo parcial se explicariam mais por falta de ofertas de empregos em tempo integral, e não propriamente por uma preferência. Nesse contexto, os efeitos de gênero seriam decorrentes de condições anteriores, estruturantes do mercado de trabalho, e do período histórico em que essa “virada” maior na vida das mulheres em direção ao emprego ocorre um mundo do trabalho marcado por um nicho cada vez menor de trabalho estável e com garantias trabalhistas e por um amplo contingente com trabalhos precários (OIT, 2016).

Ainda que desigualdades persistam e sejam o traço predominante, as tendências de longo prazo apontam para (lentas) mudanças em certos padrões dessa inserção: redução no *gap* salarial, redução das diferenças das taxas de ocupação entre homens e mulheres, redução da “segregação ocupacional” por sexo. Em relação aos ganhos na regulação do trabalho, observamos o aspecto legal (licença-maternidade, legislação sobre o trabalho doméstico, o destaque dado ao assédio moral e sexual no trabalho) e o aspecto normativo, relacionados com a igualdade de direitos no mercado e a coibição de atitudes discriminatórias. Assim, no Brasil, o trabalho remunerado das mulheres através de seu ingresso no mercado está consolidado como tendência.

Nos dados aqui analisados as informações são mais limitadas,

mas identificamos que as mulheres com trabalho passam de 35,9% para 50,9%, bem como aquelas que declararam exclusivamente cuidar dos afazeres domésticos caem de 30% para 17,7% expressando tanto as mudanças estruturais quanto as conjunturais de melhoria do mercado de trabalho no período (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Situação ocupacional segundo o sexo

	2003			2016		
	Ho- mem	Mulher	Total	Ho- mem	Mulher	Total
Tem trabalho	58,3	35,9	47,0	70,6	50,9	60,3
Desempregado	21,1	17,1	19,1	6,9	5,9	6,3
Cuida dos afazeres do- mésticos	0,6	30,0	15,6	1,5	17,7	10,0
Pensionistas, estudantes e outros	18,6	15,4	17,0	20,8	23,3	22,1
NS/NR	1,3	1,6	1,5	0,3	2,2	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

Em relação às horas dedicadas ao trabalhoremunerado, observamos que menos mulheres tinham trabalhos de até 20 horas e mais mulheres passaram a ter trabalhos com jornadas de 21 a 39 horas, mas não houve mudanças no percentual com jornadas de 40 horas ou mais. Ainda que a maior parte das mulheres já estivesse em trabalhos com jornada de 40 horas ou mais, a diferença em relação aos homens é cerca de 20 p.p. e isso se mantém inalterado ao longo do tempo.

Tabela 4 - Faixas de horas no trabalho remunerado segundo sexo

	2003			2016		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Até 20 horas	7,0	15,1	10,2	3,0	10,1	6,1
Mais de 20 até 39 horas	12,8	22,4	16,5	14,2	26,4	19,6
40 horas e mais	80,2	62,5	73,3	82,9	63,5	74,3
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

A menor presença das mulheres no mercado de trabalho, bem como a menor jornada é um tema clássico nos estudos de desigualdade de gênero e com diferentes abordagens e perspectivas, como a teoria das escolhas, onde as mulheres escolhem menores jornadas de trabalho remunerado ou a não entrada no mercado de trabalho; e a teoria da ideologia de gênero, que ressalta a socialização como elemento chave para as mulheres assumirem o trabalho reprodutivo e os homens o trabalho remunerado.

Em franco declínio ao longo do tempo nas sociedades contemporâneas, a adesão ao modelo do homem provedor e da mulher cuidadora pode ser mensurado através da concordância com a afirmação “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. Entre 2003 e 2016, houve uma redução significativa de homens e mulheres que concordavam com tal afirmação (ver Tabela 5). Uma redução compatível com o ganho expressivo de espaço das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 5 – Percentual de concordância com a afirmação “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família” segundo sexo, em 2003 e 2016.

	2003		2016	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Concorda	51,7	44,4	36,4	27,7
Nem nem	7,0	5,2	4,5	4,1
Discorda	40,0	48,9	59,2	67,6
NS/NR	1,2	1,5		0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

## **O trabalho reprodutivo das mulheres**

As mudanças assistidas nos arranjos familiares, na inserção no mercado de trabalho e nos valores incidem na redução da concentração do trabalho reprodutivo nas mulheres?

Nos surveys de 2003 e 2016, para aqueles que vivem conjugalmente, foi perguntado quem executa tarefas que são consideradas essenciais para a reprodução da casa. E para analisara concentração

do trabalho reprodutivo selecionamos três tarefas: lava e passa, limpa a casa e lava louça. Enquanto os homens passam a declarar muito mais sua participação, há pouca mudança no percentual de concentração nas mulheres, pois 82,7% das mulheres em 2016 declararam ser a responsável principal por lavar e passar, 72,9% por limpar a casa e 62,1% por lavar a louça, isto é, a participação dos homens não se dá na mesma proporção da redução das mulheres como principais responsáveis (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Percepção de distribuição de tarefas por sexo segundo intensidade de concentração em um dos cônjuges ou em ambos, em 2003 e 2016.(%)

Tarefas	2003			2016		
	Homem	Mulher	Total	Ho- mem	Mu- lher	Total
<b>Lava e passa</b>						
Sempre/geralmente eu	3,8	82,1	43,6	10,1	82,7	47,1
Igualmente	6,3	3,7	5	11,3	5,2	8,2
Sempre/geralmente cônjuge	76,9	1,2	38,4	67,3	1,4	33,7
Delega para outras pessoas	8,7	9	8,8	11,3	10,6	11
NR	4,2	4,1	4,1	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100
<b>Limpa a casa</b>						
Sempre/geralmente eu	5,1	74,5	40,4	14,7	72,9	44,5
Igualmente	13,6	8,4	11	20,9	13,4	17,1
Sempre/geralmente cônjuge	67	1,7	33,8	49,4	0,2	24,3
Delega para outras pessoas	10	11	10,5	11,3	9,2	10,2
NR	4,4	4,4	4,4	3,7	4,2	4,0
Total	100	100	100	100	100	100
<b>Lava louça</b>						
Sempre/geralmente eu	8,0	69,6	39,3	20,3	62,1	41,7
Igualmente	17,8	10,0	13,8	24,0	19,3	21,6
Sempre/geralmente cônjuge	60,1	3,7	31,4	40,4	7,8	23,8
Delega para outras pessoas	9,6	12,2	10,9	14,7	10,6	12,6
NR	4,4	4,6	4,5	0,5	0,2	0,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

Como visto na tabela acima, para as pessoas que vivem conjugalmente, a delegação das tarefas reprodutivas para outras pessoas atinge cerca de 10% da população. Não há pesquisas oficiais no Brasil sobre o número de domicílios que contratam empregada doméstica. As informações sobre o tema são estimativas a partir do número de trabalhadoras domésticas coletados pelas pesquisas populacionais (Pinheiro et al, 2019), ou através da pesquisa de orçamento familiares (Guerra, Wajnman e Diniz, 2018), cuja mais recente rodada foi 2017-2018. Logo não há como dizer se os dados da amostra estão próximos ao quadro brasileiro.

Ter empregada doméstica é sem dúvida uma possibilidade dos grupos de renda mais altos com ou sem filhos e envolve as dimensões das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, pois são as mulheres pobres e negras e com filhos aquelas que mais desempenham esta ocupação (Brites, 2007; Brites e Picanço, 2014; Guerra, Wajnman e Diniz, 2018). Nos dados do surveys identificamos que, entre 2003 e 2016, o percentual dos indivíduos<sup>1</sup> com empregada doméstica nos seus domicílios cresce, inclusive, para as pessoas sem renda. O percentual daqueles que contam com empregada em suas diferentes modalidades de relações de trabalho (diárias e toda a semana) aumenta significativamente, passando de 7,4% em 2003 para 15,3% em 2016.

Ao desmembrar o tipo de vínculo, observamos que a categoria que de fato cresce é a das diaristas de até 2 dias por semana, um dado que coincide totalmente com a literatura sobre o tema, quando trata do perfil das mulheres ocupadas no emprego doméstico (Fraga, 2013 e 2016).

---

<sup>1</sup> Este dado se refere a todos os indivíduos, vivendo ou não conjugalmente com alguém, diferente do dado das tarefas domésticas que só foi mensurado para quem vive conjugalmente.

Tabela 7 – Presença de empregada doméstica ou diarista por frequência de dias trabalhados na semana segundo grupos de renda, em 2003 e 2016. (%)

Anos	Grupo de renda	Empregada doméstica ou diarista				
		Não tem	Até 2 dias	3 dias ou +	NS/NR	Total
2003	Sem renda	92,5	1,4	1,8	4,4	100
	Até 1 SM	93,9	0,6	1,5	4,0	100
	Mais de 1 a 3 SM	91,6	0,9	3,9	3,6	100
	Mais de 3 SM	77,9	4,0	14,1	4,0	100
	NS/NR	90,1	1,7	5,0	3,3	100
	Total	90,7	1,4	4,0	4,0	100
2016	Sem renda	82,3	17,7	0	0	100
	Até 1 SM	94,2	4,7	1,2	0	100
	Mais de 1 a 3 SM	89,1	8,7	2,0	0,2	100
	Mais de 3 SM	57,3	34,4	8,3	0	100
	NS/NR	79,5	11,9	5,5	3,2	100
	Total	84,2	12,4	2,9	0,5	100

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2016. Elaboração própria.

Entre os arranjos familiares, o recurso ao trabalho doméstico pago é mais presente em dois tipos de arranjos nas duas amostras: (i) pessoas que vivem com cônjuge e não têm filhos e (ii) pessoas que não vivem com cônjuge e não têm filhos. Fica claro, então, que são as famílias com filhos que menos contam com o trabalho doméstico pago. Aqui, trata-se apenas de ter ou não filhos, não estamos verificando a idade dos mesmos.

Tabela 8 – Presença de empregada doméstica por frequência de dias trabalhados na semana segundo viver ou não conjugalmente com alguém e presença de filhos, em 2003 e 2016. (%)

Anos	Viver com alguém e ter filhos	Empregada doméstica ou diarista				
		Não tem	Até 2 dias	3 dias ou +	NS/NR	Total
2003	Vive e tem filhos	91,5	1,0	4,0	3,5	100
	Vive e não tem filhos	86,4	3,4	5,9	4,2	100
	Não vive e tem filhos	93,3	1,3	2,1	3,3	100
	Não vive e não tem filhos	87,4	2,0	5,2	5,4	100
	Total	90,7	1,4	4,0	4,0	100
2016	Vive e tem filhos	87,2	9,3	2,5	0,9	100
	Vive e não tem filhos	73,2	25,6	1,2	0	100
	Não vive e tem filhos	87,6	10,1	2,3	0	100
	Não vive e não tem filhos	78,1	17,7	4,0	0,3	100
	Total	84,3	12,4	2,8	0,5	100

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2016. Elaboração própria.

Sem dúvida, os fatores que explicam estes dados só podem ser aqui levantados como hipóteses, pois os cruzamentos sucessivos de dados reduzem o número de casos a serem analisados, de forma que as estimativas se tornam instáveis. A primeira delas é que o corte de classe é fundamental, afinal são as pessoas com maior salário que mais têm suporte do trabalho doméstico pago. Logo, as pessoas com filhos e de classes de renda mais pobres não pagam empregada nem diarista para dividir tarefas domésticas e de cuidados. As pessoas que vivem conjugalmente e não têm filhos, assim como pessoas sem cônjuge nem filhos, optam em maior proporção por diarista para dividir os trabalhos domésticos, seja porque são homens e não se ocupam disso, seja porque são mulheres não inclinadas a realizarem os trabalhos domésticos tidos em geral como desvalorizados.

Com domicílios menores, menos filhos e grande proporção de domicílios sem empregada doméstica, embora tenha ocorrido um

incremento no período analisado, quanto tempo homens e mulheres dedicam aos afazeres domésticos? Em 2003, a pergunta sobre número de horas dedicadas aos afazeres domésticos só foi feita para as pessoas que declararam viver conjugalmente com alguém enquanto em 2016 foi perguntada a todos os entrevistados. Em consequência, para tornar os dados comparáveis, serão analisadas o número de horas para quem vive conjugalmente nos dois anos. Em 2003, 34% dos homens declararam que não dedicam nenhuma hora para os afazeres domésticos durante a semana; entre as mulheres o percentual era apenas 5,3%.

Em média, homens dedicavam 11,4 horas e mulheres 35,6 horas por semana. Em 2016, o percentual dos homens que não se ocupam em absoluto das tarefas domésticas cai para 10%; no caso das mulheres ele é 0%. Em média, os homens passaram a dedicar 12,7 horas semanais e as mulheres 29,3. Embora a diferença de horas gastas seja menor, e essa queda, importante, trata-se, ainda, de distância considerável (em 2003, um total de 24,2 horas separavam as médias de tempo de trabalho doméstico de mulheres e de homens; em 2016 esse diferencial passou a ser de 16,6 h).

As médias calculadas acima levaram em conta apenas as pessoas que vivem conjugalmente, pois, tal como mencionado anteriormente, em 2003, a pergunta foi feita apenas para as pessoas que viviam conjugalmente. No entanto, para explorar o impacto das características que têm efeito sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico, inserindo a conjugalidade, calculamos para o ano 2016 uma regressão multivariada onde a variável dependente era o número de horas semanais dedicadas aos afazeres e as variáveis independentes eram: idade, escolaridade, presença de cônjuge, número de filhos, número de moradores no domicílio, horas trabalhadas no trabalho remunerado, ter empregada doméstica no domicílio, índice de divisão de tarefas domésticas e índice de percepções de papéis de gênero<sup>2</sup>. Para os homens, apenas o número de filhos não é significativo. A presença de cônjuge, o número de moradores, alta escolaridade e ter empregada doméstica reduz o número de horas dedicadas ao

<sup>2</sup> Os índices de percepções de papéis de gênero e índices de divisão do trabalho doméstico são dois indicadores criados a partir das perguntas do survey, já explorados por Araújo, Picanço, Cano e Veiga (2018).

trabalho doméstico. Para as mulheres a escolaridade, número de filhos, índice de práticas e percepções não são significativos. Ou seja, muito menos fatores impactam na carga de trabalho das mulheres. E as únicas variáveis que atenuam o número de horas dedicadas são a presença de empregada doméstica no domicílio e número de horas trabalhadas no trabalho remunerado. Observamos, então, que o casamento alivia a carga doméstica dos homens e sobrecarrega a das mulheres. Assim, poderíamos falar mais da penalidade do casamento do que da penalidade da maternidade como forma de entender as relações tradicionais de gênero no âmbito doméstico.

Quadro 1: Coeficientes padronizados da regressão por sexo, 2016

	homem	mulher
Idade	0,224	0,271
Escolaridade	-0,154	-
Presença de cônjuge	-0,221	0,238
Número de filhos	-	-
Número de moradores no domicílio	-0,157	0,144
Horas trabalhadas no trabalho remunerado	0,088	-0,081
Ter empregada doméstica no domicílio	-0,104	-0,171
Índice de divisão de tarefas domésticas	0,256	-
índice de percepções de papéis de gênero	0,137	-

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

Os dados gerais aqui apresentados mostram que o Brasil acompanha as tendências das transformações mundiais observadas na família, no trabalho e nos modelos familiares. Isto se mostra presente, inclusive, na relativa redução do número de horas que mulheres dedicam ao trabalho doméstico, sob certas condições, assim como a um leve incremento do envolvimento dos homens com as tarefas domésticas. Mas de igual modo, os dados do Brasil mostram que os diferenciais de horas entre mulheres e homens ainda são elevados, e que o envolvimento destes últimos é ainda precário. Daí que analisar o cansaço na articulação trabalho reprodutivo e trabalho remunerado é um tema que merece entrar com mais peso na agenda de pesquisa das desigualdades de gênero.

## **O cansaço da articulação trabalho remunerado e trabalho reprodutivo**

A característica genericada das estratégias de articulação entre vida familiar e trabalho doméstico não é novidade nos estudos sobre gênero e divisão sexual do trabalho. Não só as possibilidades de escolha e a margem de manobra tendem a ser menor para as mulheres, como sua autonomia tende a ser reduzida, na medida em que em geral fica mais condicionada a uma série de fatores que não operam do mesmo modo entre os homens. E, como registrado no início deste artigo, além da mensuração desse diferencial de trabalho doméstico entre mulheres e homens, os efeitos que gera sobre os membros do casal têm mostrado que em geral são as mulheres aquelas mais atingidas e de diferentes maneiras.

Pesquisas que analisam a interação entre as horas dedicadas ao trabalho doméstico e a satisfação com o bem-estar e as atividades laborais encontram forte correlação entre essas duas variáveis, com a insatisfação mais reportada por e concentrada em indivíduos do sexo feminino. Usando os mesmos tipos de dados do ISSP para 4 países (Japão, Korea do Sul, Estados Unidos e Finlândia), Murata e Aramaki (2016) mostraram que a satisfação com a vida em geral e com a conciliação estava diretamente relacionada com a carga de trabalho doméstico. A satisfação tendia a ser menor quanto mais concentrado fosse o trabalho doméstico nas mãos de um dos cônjuges. E esta concentração esteve sempre mais nas mãos das mulheres, com o Japão apresentando os mais elevados índices de insatisfação com a vida familiar e, ao mesmo tempo, as mulheres estando bem mais insatisfeitas do que os homens.

Baseados em dados de alguns surveys europeus que investigaram a relação entre gênero, jornada de trabalho, condições de igualdade de gênero e satisfação com a vida familiar, Beham et al (2018) mostraram que homens e mulheres trabalhando em tempo integral apresentavam diferenciais de satisfação com a vida, com as mulheres menos insatisfeitas do que os homens. Mas isto se invertia em situações de trabalho part-time dentro do mesmo país, com as mulheres se mostrando mais satisfeitas em comparação com os

homens e com mulheres de trabalho em tempo integral. O artigo discute os resultados destacando a relação entre mais satisfação e trabalho part-time como efeito da socialização que seguem deixando às mulheres o ônus de “escolher” ficar mais ou menos tempo em casa com as responsabilidades domésticas.

Várias outras maneiras de discutir a “satisfação” com a articulação entre trabalho e vida familiar e os conflitos gerados por essas dinâmicas vêm sendo analisadas também em estudos qualitativos. Feres-Carneiro (2007) e Jablonski (2007), por exemplo, mostram que de forma geral, as mulheres reportam mais do que homens, sentimento de culpa, situações de cansaço cobranças conjugais em relação ao tempo quando se trata, por exemplo, de deixar filhos pequenos para trabalhar.

Além dos efeitos diretos do desequilíbrio entre trabalho e família, tais como os mencionados acima, existem também os efeitos indiretos e, em particular, os impactos dessas formas de compatibilização sobre a saúde. A relação entre saúde trabalho e gênero tem sido estabelecida há algumas décadas. E essa interação ocorre tanto em relação à saúde física como a saúde mental. Dada a magnitude do problema, esse tema – conflito família e trabalho - vem sendo analisado, também, por estudos de saúde e epidemiologia que buscam identificar se e quais situações ocorrem as interações entre estresse e conflitos decorrentes das demandas e dos mecanismos de controle no trabalho e as responsabilidades familiares. Pinto, 2013, por exemplo, explorou em sua tese de doutorado a base de dados da pesquisa ELSA (Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto), uma das mais abrangentes feita no Brasil até então, incorporou a variável gênero e encontrou algumas associações, com destaque para dois tipos de associação: um relacionado com efeitos sobre a saúde mental, uma associação positiva entre conflito trabalho-família-tempo e Transtorno de Ansiedade Generalizada ; e outro associado com efeitos sobre a saúde física, com associação positiva entre obesidade entre mulheres e tempo insuficiente para o cuidado pessoal e de lazer e maior jornada profissional”. Pesquisas sobre lazer também reportam menos tempo despendido com lazer entre as mulheres. E as atividades de lazer tendem a ser em parte dirigidas para filhos e família.

Como se sabe, o lazer é visto atualmente como parte integrante das condições de uma vida digna e tem efeitos importantes sobre a saúde física e mental.

Ao lado disso, a desigual divisão sexual do trabalho, segue imputando diferentes condições econômicas e diferentes espaços laborais a homens e mulheres e, cada vez mais grave, entre mulheres em diferentes níveis. Em relatório recente sobre a América Latina a Onu-Mujeres (2017) definiu uma “escada de empoderamento econômico”, incluindo três grupos. O agrupamento das mulheres mais “empoderadas” foi definido como “teto de cristal” e se caracteriza por elevado nível de ganhos econômicos e inserção laboral (72%), menores cargas de trabalho doméstico e de cuidados (33 horas dedicadas por semana), ainda que no mercado de trabalho enfrentem discriminação, segregação ocupacional e brechas salariais. O grupamento definido como “escadas quebradas” congrega mulheres situadas no nível intermediário de poder econômico e de inserção laboral (58%), ganhos menos estáveis e mais vulneráveis às mudanças conjunturais, participação mais volátil no mercado de trabalho e crescente dificuldade para conciliar emprego com trabalho doméstico e de cuidados (41 horas dedicadas por semana). O terceiro agrupamento indica grau mais baixo de empoderamento e foi definido como “pisos pegajosos”, com baixa participação laboral (40%), elevada inserção em trabalhos precários, baixo nível de educação e elevada carga de trabalhos domésticos (46 horas dedicadas por semana e uma porcentagem de 41% de mulheres que não têm ganhos próprios). Com esta categorização, o trabalho da ONU mostra a clara articulação entre condições de trabalho e de oportunidade e trabalho doméstico. Mais ainda, mostra como essa variação tem o traço de classe. Contudo, atinge à todas as mulheres, ainda que de modo diferenciado.

Em suma, não faltam evidência na literatura de que, sob diferentes ângulos, o desgaste tem sido persistentemente maior para as mulheres, e isto se manifesta em percepções de cansaço, insatisfação e conflito na articulação entre vida familiar e atividade remunerada de trabalho.

Neste artigo a percepção sobre o conflito na articulação entre trabalho reprodutivo e trabalho remunerado foi medida por três perguntas: “Tenho chegado em casa do trabalho cansado(a) demais para

realizar as tarefas domésticas que precisam ser feitas”, “Tem sido difícil cumprir com minhas responsabilidades familiares por causa da quantidade de tempo que passo trabalhando” e “Tenho chegado no trabalho muito cansado(a) por conta das tarefas domésticas”. Aqui importa registrar que embora as perguntas tenham sido preservadas entre 2003 e 2016, as opções de respostas tiveram pequenas variações, sendo a opção “nunca” a única que permaneceu idêntica. Desse modo, a fim de manter a comparação, recodificamos em duas categorias “alguma vez” e “nunca” e somente as pessoas que responderam à pergunta foram analisadas. Logo, ficaram de fora pessoas que declararam não ter trabalhado ou que declararam ter trabalhado, mas não respondeu às perguntas.

Em 2003, as diferenças entre homens e mulheres não ultrapassaram 4 pontos percentuais nas três afirmações. E tanto as mulheres quanto os homens reportam mais cansaço com o trabalho, pois a afirmação com maior declaração de ocorrência foi “Tenho chegado em casa do trabalho cansado(a) demais para realizar as tarefas domésticas que precisam ser feitas”, indicando que o “peso” do trabalho na participação nas tarefas domésticas é maior do que o inverso, isto é, das atividades domésticas sobre o desempenho no trabalho.

Ao longo do tempo, observamos que as diferenças entre homens e mulheres se acentuam. Enquanto entre os homens decresce o percentual daqueles que declararam chegar do trabalho cansado, entre as mulheres aumentou. Para as mulheres observamos que a redução do tempo dedicado ao trabalho doméstico não incide na redução do percentual de mulheres que relatam o cansaço oriundo trabalho doméstico e seu impacto sobre a relação do trabalho remunerado: tanto em 2003, quanto em 2016, 43% das mulheres declararam *alguma vez* para a afirmação “Tenho chegado no trabalho muito cansado(a) por conta das tarefas domésticas”. Desse modo, ao longo do período analisado, o trabalho remunerado passou a pesar mais para as mulheres, enquanto os homens se declararam mais “acomodados” na articulação trabalho remunerado e trabalho reprodutivo.

Tabela 9 – Percepções sobre satisfação entre a articulação família e trabalho por sexo, em 2003 e 2016. (%).

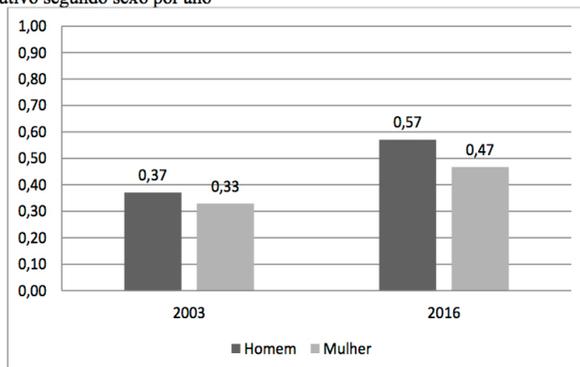
	2003			2016		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
<b>Tenho chegado em casa do trabalho cansado(a)...</b>						
Alguma vez	63,8	60,2	62,2	55,9	68,7	61,7
Nunca	36,2	39,8	37,8	44,1	31,3	38,3
Total	100	100	100	100	100	100
<b>Tem sido difícil cumprir com minhas responsabilidades familiares...</b>						
Alguma vez	55,1	51,5	53,5	39,9	48,3	43,7
Nunca	44,9	48,5	46,5	60,1	51,8	56,3
Total	100	100	100	100	100	100
<b>Tenho chegado no trabalho muito cansado(a) por conta das tarefas domésticas</b>						
Alguma vez	39,4	43	41	32,6	43	37,3
Nunca	60,6	57	59	67,4	57	62,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2016. Elaboração própria.

Para dar conta do conflito na articulação trabalho remunerado e trabalho reprodutivo construímos um índice que tem como objetivo sintetizar as três perguntas acima e assume valores de 0 (sente cansaço alguma vez em todas as afirmações) a 1 (nunca sente cansaço em todas as afirmações). Ou seja, quanto mais próximo de 1 menos conflito na articulação ou menor mal-estar.

Nos dois anos analisados, como visto pelos dados descritivos, as mulheres relatam mais conflito, ou cansaço, na articulação. Ao longo do tempo, no entanto, ambos sexos passam a relatar menor conflito, impulsionado pelo aumento de homens e mulheres que declararam *nunca* para o enunciado “Tem sido difícil cumprir com minhas responsabilidades familiares por causa da quantidade de tempo que passo trabalhando”.

Gráfico 3 - Índice de conflito na articulação trabalho remunerado e trabalho reprodutivo segundo sexo por ano



Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

A questão é: o que impacta numa articulação menos conflituosa? Para responder esta pergunta calculamos regressões para homens e mulheres nos dois anos e selecionamos as seguintes variáveis independentes: idade, escolaridade, presença de cônjuge, número de filhos, número de moradores no domicílio, horas trabalhadas no trabalho remunerado, ter empregada doméstica no domicílio, índice de divisão de tarefas domésticas e índice de percepções de papéis de gênero. Não inserimos a variável horas do trabalho doméstico porque em 2003 só foi colhida para pessoas que vivam conjugalmente.

O conflito trabalho remunerado e reprodutivo se altera com a passagem de uma década não apenas em torno do seu indicador, mas também dos efeitos das variáveis. Em 2003, para os homens somente ter escolaridade elevada resultava em menos conflito. Para as mulheres o maior número de horas no trabalho remunerado ampliava o conflito. Em 2016, com o conflito mais atenuado, outras variáveis passam a ter efeito. Entre os homens idade, escolaridade número de moradores no domicílio, número de horas no trabalho remunerado, presença de empregada doméstica no domicílio e as percepções de papéis de gênero são significantes. Sendo que a idade e o número de horas no trabalho remunerado ampliam o conflito e as demais va-

riáveis favorecem a melhor articulação, isto é, ter alta escolaridade, maior número de moradores, ter empregada doméstica e ter percepções de papéis de gênero mais igualitárias favorecem a melhor articulação. Entre as mulheres o maior número de filhos, maior número de moradores no domicílio e o número de horas no trabalho remunerado têm impacto negativo para uma melhor articulação, somente ter empregada doméstica favorece a melhor articulação.

Quadro 2 - Coeficientes padronizados da regressão por sexo, 2003 e 2016

	2003		2016	
	homem	mulher	homem	mulher
Idade	-	-	-0,101	-
Escolaridade	0,08	-	0,134	-
presença de cônjuge	-	-	-	-
número de filhos	-	-	-	-0,163
número de moradores no domicílio	-	-	0,128	-0,194
horas trabalhadas no trabalho remunerado	-	-0,097	-0,106	-0,196
ter empregada doméstica no domicílio	-	-	0,173	0,21
índice de percepções de papéis de gênero	-	-	0,203	-

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

Para aqueles que estavam em uma relação conjugal, observamos pequenas variações. Em 2003, para os homens, nenhuma variável foi significativa. Para as mulheres somente o número de horas no trabalho remunerado foi significativa, tal como para todas mulheres. Em 2016, entre os homens somente o número de filhos e de pessoas no domicílio não são significantes, indicando que independente de quem more no domicílio o que permite melhor articulação é ter uma empregada, ter percepções mais igualitárias de gênero e ter escolaridade mais elevada, já o que impacta negativamente na boa articulação é ser mais velhos, o maior número de horas no trabalho remunerado e participar mais das tarefas domésticas. Para as mulheres com cônjuge o que impacta negativamente é exatamente o número maior de moradores (filhos incluídos) e o que favorece a melhor articulação é a presença de empregada doméstica. As horas dedicadas

ao trabalho reprodutivo não são significantes para nenhum dos sexos em nenhum dos anos. A conjugalidade parece alterar muito pouco os efeitos das variáveis.

Quadro 3: Coeficientes padronizados da regressão por sexo, pessoas vivendo conjugalmente, 2003 e 2016

	2003		2016	
	homem	mulher	homem	mulher
Idade	-	-	-0,286	
Escolaridade	-	-	0,165	
número de filhos	-	-		-0,287
número de moradores no domicílio	-	-		-0,149
horas trabalhadas no trabalho remunerado	-	-0,16	-0,17	
ter empregada doméstica no domicílio	-	-	0,273	0,239
índice de percepções de papéis de gênero	-	-	0,217	
índice de divisão das tarefas domésticas	-		-0,126	

Fonte: Pesquisa Gênero, Trabalho e Família no Brasil – mudanças e permanências nas últimas décadas, 2003 e 2016. Elaboração própria.

## CONCLUSÃO

O objetivo principal deste artigo foi analisar as percepções de cansaço que os entrevistados reportam em relação à articulação entre vida familiar e trabalho remunerado. Considerando a discussão da literatura, procuramos identificar como esses sentimentos se apresentaram entre homens e mulheres e em momentos distintos, ou seja, entre 2003 e 2016. Mais ainda, procuramos identificar quais fatores poderiam ajudar a explicar essas percepções, através de variáveis possíveis de mensuração no âmbito das pesquisas.

De modo geral os achados corroboram o que vem sendo encontrado na literatura. Ou seja, nessa articulação, são as mulheres aquelas que reportam mais desgaste, seja através de perguntas que tentam mensurar a satisfação com a articulação, seja através de perguntas sobre sensação de cansaço, como neste caso. Mostramos, através do índice que ao longo do tempo os diferenciais de cansaço reportado por homens e mulheres se movimentaram em dois sentidos: no primeiro, todos reportam menos cansaço. Mas a segunda

dimensão mostra que esse decréscimo foi maior entre os homens, assim como mostra que as mulheres continuam reportando bem mais cansaço do que os homens, com isso a diferença entre homens e mulheres que antes era de 0,04 passa para 0,10.

Mas, como discutimos mais acima, a percepção de cansaço, além do fator físico em si, pode ser mediada por determinadas sensações subjetivas que permitam aos indivíduos se sentirem no direito de expressar o cansaço, assim como situações associadas com condições ou fatores “objetivos”, tais como idade, tipo de trabalho e sua exigência e jornada de trabalho, distribuição ou concentração das atividades entre os membros do domicílio, por exemplo. Nesse sentido, é importante atentarmos para o seguinte: o enunciado que teve maior efeito para que o próprio índice de cansaço decrescesse foi “Tenho chegado em casa do trabalho cansado demais para realizar tarefas domésticas”. Neste caso, não estamos medindo o cansaço no trabalho, mas o quanto esse cansaço (que pode ser maior, menor ou o mesmo) afeta ou implica em que as pessoas não tenham disposição para realizar as tarefas domésticas. Efetivamente aumentou o percentual de pessoas, homens e mulheres, mas sobretudo homens, que diz nunca se sentir em situação de cansaço a ponto de ter efeito sobre seu envolvimento com tarefas domésticas.

O enunciado e sua resposta nos permitem levantar aqui três hipóteses. Primeira: que mais homens podem estar se percebendo menos cansados no trabalho e, por isto, não sentem que suas tarefas domésticas são afetadas por sua atividade laboral. Segunda, que como os homens não se envolvem muito de qualquer maneira, portanto estar ou não cansados não teria efeito na sua percepção de que o cansaço vai impedi-los de realizar tarefas domésticas. E a terceira hipótese é a de que mais homens, mesmo que se sintam cansados em decorrência do trabalho, não estariam de fato percebendo tal cansaço como impeditivo para não realizar tarefas domésticas.

Sem dúvida seria necessária uma nova pesquisa para que pudéssemos aprofundar o que vem ocorrendo entre homens. Mas, podemos supor que, dado o fato recorrente de que delegam menos horas ao trabalho doméstico e que são as mulheres em sua larga maioria a responsável pelas tarefas essenciais para a reprodução fa-

miliar, os homens podem negociar mais o que faz em casa e quando faz. Para as mulheres, no entanto, o cansaço oriundo do trabalho remunerado não é elemento que a impeça de realizar as tarefas essenciais para a reprodução da casa e da família, uma vez que se ela não fizer não terá outra pessoa para fazer. Desse modo, não temos como apostar em uma das hipóteses, apenas fica posto uma agenda de pesquisa futura.

Na sequenciada análise geral do índice, nos interrogamos sobre os possíveis fatores que impactam e ajudariam a explicar a variação do índice e as diferenças de resultados entre homens e mulheres. Inicialmente é possível identificar que, em 2003, são distintos atores que afetam homens e mulheres ao reportar o cansaço na articulação entre atividades domésticas ou reprodutivas e trabalho remunerado. Ao longo do tempo, além da redução do conflito na articulação e maior diferenciação entre homens e mulheres relação ao quanto de cansaço reportam, há uma ampliação dos fatores que passam a impactar.

Em 2016, as variáveis que foram significativas para que os homens reportassem menor efeito do cansaço ou menor conflito nessa articulação mesclam “condicionalidades objetivas” com condicionalidades culturais e sociais. Ser mais jovem efetivamente pode reduzir a sensação de cansaço, assim como ter escolaridade elevada que permite maior renda e maior chance de contratar empregada doméstica. Mas também ter percepções mais igualitárias de gênero amplia melhor articulação

Entre as mulheres, os fatores que impactam essa percepção de cansaço mais horas no trabalho remunerado se associa com ter mais filhos, portanto mais trabalho e responsabilidades domésticas, maior número de pessoas residindo no domicílio tende a implicar em mais trabalho doméstico. Ter empregada doméstica atenua a sensação de cansaço entre as mulheres, conseqüentemente a sensação e conflito na articulação e, provavelmente, a na própria percepção de bem-estar. Com efeito, a “saída à brasileira” para a resolução da corresponsabilidade doméstica ainda depende muito da delegação dessas responsabilidades à outra mulher, conforme já indicado pela literatura.

Os dados aqui analisados, em especial o olhar mais centrado no conflito da articulação trabalho remunerado e trabalho reproduti-

vo, mostram que na medida em que cresce o envolvimento das mulheres no mercado de trabalho, o conflito é atenuado pela presença das empregadas domésticas, em especial para as mulheres, são elas que dividem a carga de tarefas domésticas cotidianas, seja na presença de cônjuge, seja na sua ausência. Ocorre que a parcela de domicílios que conta com trabalhadoras doméstica é relativamente pequena no país. O que revela, ou melhor, o que corrobora, mais uma vez, os vários achados da literatura que apontam para a forte presença de desigualdade de gênero e da tradicional divisão sexual do trabalho. Apesar dos avanços registrados, inclusive na pesquisa que ensejou este trabalho, as margens de manobras e chances das brasileiras continuam a esperar por dias melhores.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; CANO, I & VEIGA, A. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In, ARAÚJO, GAMA, A. C.; PICANÇO, F. & CANO, I. (Org.). *Gênero, Família e Trabalho no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 113-123.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ÁVILA, M. B. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas. Tese* (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- BATTHYANY, K. *Las políticas y el cuidado em America Latina*. CEPAL – Nações Unidas. Santiago de Chile, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37726>>. Acesso em: jan. 2018.
- BEHAM, B. *et al.* Part-time work amd gender inequality in Europe: a comparative analysisof satisfaction with work-life balance. *European Societies*, DOI: 10.1080/14616696.2018.1473627, 2018. Acesso em 10/06/2019

- BOYER, D.; CÉROUX, B. Les limites de politiques de soutien à lapaternité, *Travail, genre et sociétés*, Vol. 2, n° 24, pp. 47-62, 2010.
- Brites, J.; Picanço, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, n° 31, pp.131-158, 2014.
- CAMARANO, A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, A. (Org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. *A produção do viver*. São Paulo: Sempreviva Organização feminista – SOF, 2003.
- DURÁN, M. *El valor Del tempo ¿Cuántas horas te faltan al día?* Espanha: Espasa Calpe, 2007.
- FRAGA, A. *De empregada à diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- FRAGA, A. *O serviço doméstico sob os holofotes públicos: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família)*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- GUERRA, M.; WAJNMAN, S.; DINIZ, B. Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil? XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 37, n° 132, pp. 595-609, set./dez., 2007.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua – PNAD – contínua*, 2016.
- IBOPE. Instituto Brasileira de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa de Opinião Pública sobre a PEC das domésticas*, maio 2013.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e de Raça*, Brasília, 2015.
- KERGOAT, D. O cuidado e as imbricações nas relações sociais. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p.17-25.

- MONTICELLI, T. “Eu não trato empregada como empregada”: Empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. *Tese* (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2017.
- MURATA, H.; ARAMAKI, H. Does Satisfaction with family life depend on how household work is shared?. *NHK Broadcasting Culture Research Institute*, September, 2016. Acesso em 12/02/2018
- PACCIELLO, P. *Impacto de políticas e práticas de redução do conflito trabalho família sobre resultados relacionados ao trabalho. Dissertação* (Mestrado profissionalizante em Administração) – IBMEC – Faculdade de Economia e Finanças. Rio de Janeiro, 2012.
- PEIXOTO, C. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C., SCALON, C. (Orgs.). *Gênero, família e trabalho*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PINHEIRO, L.; LIRA, F.; REZENDE, M.; FONTOURA, N. Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. IPEA, Brasília, novembro de 2019
- SÁ DE SOUZA, E. Um estudo sobre a repercussão do conflito trabalho-família e família-trabalho na satisfação no trabalho e na família e sua consequência na satisfação do hóspede: o caso da rede hoteleira de Porto de Galinhas. *Dissertação* (Mestrado em Administração) – CPPA da Faculdade Boa Viagem, Recife, 2007.
- SARTOR, A.; SIRACUSA, M.; NEVES, P. O que pensam os fluminenses sobre os direitos das domésticas. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). *Entre a casa e o trabalho: Gênero e família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2016.
- SORJ, B. Trabalho Doméstico e de Cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M.; TITO, M. (Orgs.). *Trabalhos domésticos e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF, 2008.